

ENVOLVIDOS COM A FAMÍLIA, A ESCOLA E O TRABALHO: UM ESTUDO SOBRE JOVENS MORADORES DE FAVELAS

Marcia dos Passos Neves*

Resumo

O artigo trata da socialização de jovens moradores de favelas da cidade do Rio de Janeiro, enfocando as condições que os levariam a trilhar os caminhos da ordem legítima e legal. Destaca que a maioria dos jovens não é de fácil cooptação pelo tráfico, ficando nítida a sua opção pelo ingresso e permanência no mercado legal de trabalho, mesmo construindo trajetórias em contextos muito adversos. Mostra que as estratégias utilizadas no processo de socialização dos jovens apresentam como principal referência o combate à ociosidade e como princípio uma ideologia de valorização do trabalho.

Palavras-chave: Jovens; Favela; Escola; Trabalho; Criminalização da Pobreza; Estratégia Pedagógica; Socialização; Rio de Janeiro.

Um dos problemas que mais tem chamado a atenção, nos últimos anos, dos moradores de grandes centros urbanos brasileiros – em especial do Rio de Janeiro e São Paulo – diz respeito ao processo de integração social dos seus habitantes mais jovens. Notadamente os que fazem parte dos grupos sociais populares e que portam uma identidade construída em espaços favelados.

Nascidos e criados em favelas – espaços populares sobre os quais prevalece uma visão homogeneizadora baseada na “noção de ausência”¹ – tais jovens acabam sendo vistos e tratados, por amplos setores da sociedade, como filhos não desejados da cidade.

Entretanto, por mais que muitos não lhes queiram aceitar a existência, os jovens moradores da periferia social cada vez mais impõem o seu reconhecimento como personagens cidadãos. Na cidade do Rio de Janeiro, há muito já fazem parte do cotidiano os bailes *funk* (para os pesquisadores do tema, o seu produto mais completo) e as não menos famosas “invasões” das praias da zona sul no verão.

Decerto, o processo de mobilização desses jovens para a cidade é inevitável. A questão é que isso tanto pode se dar pela sua incorporação efetiva aos direitos e deveres da cidadania quanto pela via da participação no mundo que gira em torno e a partir de atividades criminosas².

Estudos revelam que mesmo sendo forte a atração que as redes criminosas exercem sobre os jovens moradores da periferia

social das cidades, é apenas a minoria desses jovens que incide em atos criminosos. Que mesmo confrontada com os desafios de uma cidade que parece querer negar-lhes a existência, a maior parte dos jovens pobres e favelados (e em geral negros) opta por empreender um enorme esforço, dados os inúmeros obstáculos que precisa enfrentar, e se apresenta à sociedade como força de trabalho para o mercado formal. E, na contramão dos preconceitos que os cercam, resistem à tentação do “ganho fácil” num contexto onde cada vez mais vale mais o “ter” do que o “ser”.

A socialização de jovens moradores de favelas localizadas na cidade do Rio de Janeiro é o tema principal deste artigo. Considerando que as possíveis razões que contribuem para o aumento do potencial de atração do narcotráfico sobre os jovens já foram amplamente pesquisadas, apontadas e analisadas por sérios e comprovados estudos, aqui se pretende tratar das condições que os levariam a trilhar os caminhos da ordem legítima e legal.

Cabe ressaltar que este trabalho é baseado em dados obtidos a partir, principalmente, de entrevistas com jovens moradores de favelas, alunos da rede pública municipal de ensino da cidade do Rio de Janeiro. E também com seus pais e professores.

DESAFIOS IMPOSTOS AOS POBRES: CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA

A enorme distância social existente entre a realidade do “asfalto” e a das favelas – locais que o senso comum associa à ausência de infra-estrutura urbana e à pobreza, mas também à desordem, à amoralidade e à ilegalidade³ –, associada à forte presença do tráfico de drogas na segunda⁴, fez nascer/fortalecer preconceitos contra os favelados. Essa representação negativa

* Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense. Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Professora da rede pública de ensino da Cidade do Rio de Janeiro. E-mail: passosneves@uol.com.br

Recebido para publicação em: 03/03/09.

sobre a favela e seus moradores – que se tornou hegemônica nos grandes centros urbanos – leva muitos a imaginar que a maior parte dos favelados, sobretudo os mais jovens, tenha optado pelo caminho da criminalidade. Essa visão determinista, que associa pobreza à criminalidade, coloca os jovens pobres na condição de membros de *classes perigosas*⁵, fazendo desaparecer as fronteiras entre “o pobre honesto” e o “marginal” ou “criminoso”.

É fato que existe uma maior “visibilidade social” da pobreza como a grande responsável pela violência urbana, fruto de uma tese equivocada que estabeleceu a relação direta entre indicadores de pobreza e criminalidade. A autoria dessa tese ingênua é desconhecida até hoje⁶, “embora se saiba que é uma ‘opinião’ generalizada no imaginário social”⁷. Assim, as representações sociais sobre a criminalidade reforçam a ideia de que pobreza conduz ao crime.

No entanto, tão desastrosos equívocos não retiram a relevância da pobreza enquanto um dos elementos do contexto que, nas favelas, conduz à adesão ao crime organizado em torno do narcotráfico, como defende Dowdney⁸.

Estudiosos das razões que explicam o domínio do narcotráfico, as maneiras como se estrutura e consegue sua “mão-de-obra”, bem como o impacto que a sua presença, concentrada nos morros e favelas, traz à vida dos seus moradores, enfatizam que o “crime-negócio” só avançou e criou raízes nas favelas e periferias por conta da combinação

de condições socioeconômicas adversas com a fraca presença do poder público naquelas áreas. A adesão de muitas pessoas ao tráfico deve-se ao reduzido número de opções que elas têm no mundo do legal e ao forte atrativo exercido pelo tráfico, notadamente sobre os mais jovens.

Como diz Stotz, “*este poder se impõe também porque é uma alternativa à pobreza e aos preconceitos associados aos pobres, em meio à desigualdade social visível nos meios de comunicação e no compartilhamento do lazer público na cidade*”¹⁰.

Nesse contexto, porém, o envolvimento com o crime não se explica somente pela pobreza. Aderir ao tráfico pode ser para alguns a “única chance” de chegar “à glória” – mesmo que efêmera. Glória traduzida pelo acesso aos bens de consumo próprios das classes mais elevadas¹¹: pelo porte de armas, pelas conquistas junto ao sexo oposto. Enfim, pela ostentação dos ícones

da moda¹². Alimentados pela cultura da masculinidade e por um *ethos* guerreiro, a certeza de fortes emoções e “adrenalina”, como igualmente mostra Dowdney¹³, também pode ser um dos atrativos do mundo do tráfico. Assim como pode ser a revolta causada por uma injustiça sofrida ou, ainda, a necessidade de vingar um ente querido.

É fato também que a difusão do consumo, entre crianças e adolescentes, tanto da maconha quanto da cocaína faz crescer a adesão destes ao narcotráfico para sustento do vício¹⁴.

Mas mostra-se especialmente revelador que grande parte dos jovens envolvidos com o tráfico de drogas teve experiência anterior fora da rede ilícita. E que, de acordo com os documentos por eles apresentados, é possível constatar que mais da metade dos jovens dispõe de uma Carteira de Trabalho, o que revela expectativas de inserção no mercado de trabalho formal¹⁵.

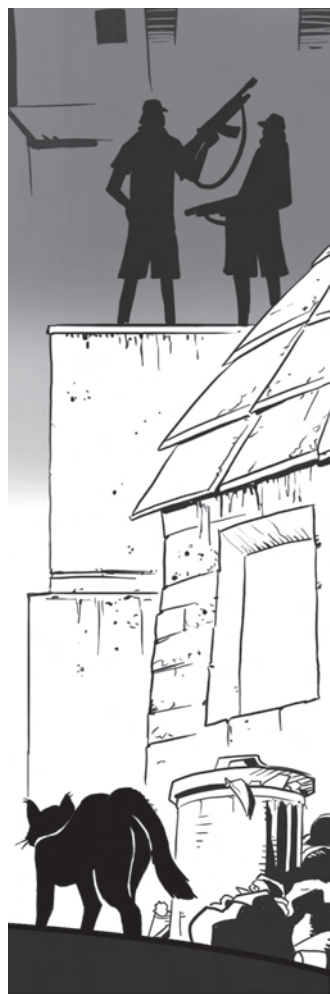
Por outro lado, apontam vários e sérios estudos, é uma minoria desses jovens que o tráfico (e o crime) “*logrou envolver em suas falanges guerreiras*”¹⁶. Tal fato sugere que – embora não se possa negligenciar o potencial de atração exercido pelas forças criminosas – é notável que a maioria dos jovens pobres e favelados não seja de fácil cooptação pelo tráfico, ficando nítida a sua opção pelo ingresso e a permanência no mercado legal de trabalho, ainda que venham construindo suas trajetórias em contextos tão adversos.

ESTRATÉGIAS FAMILIARES VOLTADAS PARA A EDUCAÇÃO DOS JOVENS

A análise dos relatos dos jovens pesquisados neste estudo não deixa dúvidas quanto à centralidade da família nos seus processos de socialização. De modo geral, percebe-se que na família estão concentradas as possibilidades de construção das disposições sociais que definirão os caminhos a serem seguidos pelos jovens. Isso porque, entende-se, foi no ambiente familiar que aconteceram as suas primeiras e mais fortes identificações, que servem e servirão de espelhos para o estabelecimento de outras identificações, realizadas a partir do contato com outros ambientes e agentes sociais. Ou seja, a família surge como o principal elemento a influir na formação da identidade dos jovens pesquisados e no seu comportamento social.

Assim, ganha destaque, considerando-se o conjunto formado pelas práticas socializadoras das famílias, a existência de várias estratégias educativas, comuns às diferentes configurações observadas, cujos objetivos não parecem ser outros que não os de garantir a sobrevivência dos seus descendentes e que estes sejam capazes de viver em conformidade com as leis e normas da ordem social estabelecida, tal e qual fazem os seus pais. Ou seja, perseguindo aquilo que os pais entendem ser direito legítimo, sem, entretanto, ultrapassar os marcos do que é considerado como legal pela cultura da ordem dominante.

Das estratégias utilizadas pelos pais no processo de socialização dos seus filhos, e a amostra pesquisada neste estudo não deixa margens de dúvidas quanto a isso, destaca-se o controle do tempo (a partir da sua ocupação) e dos espaços vivenciados



(com a definição das atividades realizadas) pelos seus filhos. A principal referência é o combate à ociosidade, que tem como princípio uma ideologia de valorização do trabalho.

A socialização familiar faz uso de uma pedagogia baseada no cuidar e no preservar. Assim, os adultos das famílias estão (quase) sempre lá para aconselhar (no sentido do “bom caminho a ser seguido”) e proteger suas crianças e jovens.¹⁷ Sobressai a preocupação dos pais, transmitida aos filhos, em relação à aparência e ao asseio corporal. Também repetem-se os exemplos de irmãos mais velhos que têm, dentre as suas práticas cotidianas, que cuidar dos mais novos e de tarefas domésticas (cozinhar, lavar, limpar), como são vários os casos de pais, mães, padrastos e avós que economizam ou se “sacrificam” para comprar algo para os filhos (ou que beneficiem o grupo familiar). E de pais insones, aguardando pelo retorno dos filhos ao lar – mal refeitos, os pais, de uma extenuante jornada de trabalho.

Há momentos de prazer compartilhado: o lazer em família – que tanto pode tratar-se de um passeio turístico (possível para os mais abonados); de um almoço fora do espaço doméstico; de uma visita a parentes queridos; de frequentar os ensaios e desfilar em blocos e escolas de samba. Com o anoitecer, conversar no portão e assistir, no final do dia, aos programas na televisão, todas atividades que envolvem cuidar das pessoas e das relações.

Vê-se que os adultos procuram ensinar aos jovens a preservar o que se tem: os seus corpos, a família e as coisas conquistadas com o trabalho. Como parte dessa lógica socializadora, a educação para poupança e o uso comedido dos recursos financeiros – via de regra, subordinados a uma hierarquia de necessidades familiares. Admite-se que, juntamente com isso, vem a formação para suportar a falta, compreender o limite e aceitar a impossibilidade. E o sucesso ou o fracasso (total ou parcial) do projeto familiar estaria subordinado à internalização pelos seus jovens, poder-se-ia entender, da compreensão disso como uma virtude e não como um “vício da pobreza”.

Admitindo-se a existência de uma pedagogia fundada no cuidar e no preservar como elemento fundamental do conjunto de estratégias voltadas para os seus filhos, nas famílias observadas, entende-se não só a enorme preocupação dos adultos com a ocupação do tempo dos jovens, em grande parte determinada pelos primeiros, mas compreende-se a razão de, por exemplo, constar do cotidiano de quase todos os jovens entrevistados uma agenda extensa de atividades – sem sombra de dúvida, quase todos eles são indivíduos muito ocupados. Sobressaem, no conjunto das atividades realizadas diariamente, o compromisso com os afazeres domésticos e a frequência a espaços socioeducativos (além da escola) existentes fora da comunidade, onde passam grande parte do seu dia.

A realização de tarefas domésticas – em contextos familiares onde predomina a escassez de recursos econômicos e, por isso mesmo, quase todos eles voltados para a manutenção de necessidades vitais dos seus membros –, quando os adultos não dão conta delas, e não sendo possível a contratação de terceiros para ajudá-los, de certa forma “forçaria” a utilização do trabalho das crianças e dos jovens nessas atividades para que ficasse garantida a “ordem no lar”.¹⁸ Entretanto, ainda que tal fato seja relevante, é

A socialização familiar faz uso de uma pedagogia baseada no cuidar e no preservar.

possível compreender o compromisso (ditado pelos adultos) dos jovens das classes populares com a realização de tarefas domésticas como parte do conjunto de estratégias educativas das famílias voltadas para a preparação dos seus filhos para o mundo além dos domínios do lar, em especial o mundo do trabalho. E, ao que tudo indica, considerando o que revelam os relatos dos jovens, os adultos entendem, como disposições sociais necessárias para o bom desempenho no mundo do trabalho, a disciplina e a capacidade de obedecer. Assim, o compromisso com a realização das tarefas domésticas teria também (em alguns casos, fundamentalmente) o objetivo de desenvolver tais disposições nos jovens.

Ou seja, nota-se que o desempenho de tarefas domésticas pelos jovens, além de relacionado às estratégias familiares de educação e proteção dos seus filhos, está de acordo com uma determinada concepção do que seja necessário para se ocupar um lugar no mundo do trabalho e quais seriam os “lugares” nesse mundo destinados aos membros das classes populares. Percebe-se, ainda, que a utilização do trabalho do jovem na manutenção da ordem doméstica se faz, na maior parte dos casos estudados, sem deixar de considerar as necessidades e os direitos próprios da sua faixa etária, ainda que inseridos no contexto mais amplo das necessidades familiares.

Observando o cotidiano dos jovens entrevistados (e também o da maior parte dos seus colegas de escola e vizinhos de comunidade), percebe-se o quanto são ocupados. A natureza das atividades realizadas, bem como os locais onde acontecem, sugere as principais preocupações dos seus pais: educar pelo trabalho e para o trabalho, para que se enquadrem na ordem legítima e legal. Nesse sentido, fazer com que os filhos permaneçam grande parte do seu tempo envolvidos com tarefas e atividades realizadas em ambientes que contribuam para a internalização dos princípios educativos considerados legítimos, ao mesmo tempo em que preparam para a inserção no mercado formal de trabalho, é a principal estratégia empregada pelos pais. Penso que a isso se deve o sucesso, entre os setores populares, de programas socioeducativos voltados para crianças e jovens realizados por agências governamentais e não-governamentais.

A frequência dos espaços socioeducativos (além da escola pública) existentes fora da comunidade, como parte da rotina de quase todos os jovens entrevistados, assim como a longa permanência diária deles nesses espaços (outra constante nos relatos), como já foi mencionado, faz parte do conjunto de estratégias familiares a eles destinadas. Entretanto, como parte da estratégia que busca o controle, pelos adultos, do tempo e dos espaços frequentados pelos jovens, ela precisa ser obser-

vada de diferentes ângulos para que se possa entender toda a importância que assume nas suas vidas.

A preparação para o mercado de trabalho, dadas as expectativas dos pais em relação às “reais possibilidades” dos seus filhos nesse espaço de troca marcado pelas desigualdades de condições, bem como as disposições sociais que consideram necessárias para a ocupação dos lugares “destinados” aos membros das classes populares,¹⁹ são um desses ângulos de onde se pode considerar o ingresso e a frequência dos jovens aos diversos espaços socioeducativos projetados e mantidos por organizações governamentais e não-governamentais.

Observa-se que, da mesma forma que entendem ser importante a formação que passa pela escola pública, os pais consideram válidas as experiências vivenciadas pelos seus filhos (e o aprendizado oriundo dessas experiências) em diversos projetos socioeducativos.²⁰ Nota-se, ainda, uma tendência das famílias à valorização do aspecto disciplinador presente tanto na escola quanto nessas outras realidades socioeducativas.

Mas há um outro ângulo, determinado pela relação das famílias com o local de residência – em especial quando há a presença, nesses locais, do mercado ilegal de drogas ilícitas e seus desdobramentos – de onde o ingresso e a frequência a tais espaços socioeducativos precisam ser observados. É fato que as manifestações cotidianas de violência no local de moradia tornam comum entre os pais “a estratégia de dificultar as possibilidades físicas de contato da criança com o mundo local”²¹ para protegê-las. Por isso, é necessário que se considere também esse fato, para que se compreenda melhor a valorização do ingresso e da permanência dos jovens entrevistados em projetos socioeducativos que, antes de tudo, investem na expressão corporal: dança, teatro, prática de esportes, e o sentido disso no conjunto de estratégias voltadas à educação de jovens pobres moradores de favelas. Nesse caso, as representações construídas pelas famílias sobre os locais de moradia, sugerem os dados da pesquisa, são fatores a influenciar as escolhas das famílias (e o sentido que dão a elas). Percebe-se que, naquelas famílias em que prevalecem as representações das favelas como locais violentos e dominados pelo tráfico, constituídos por uma maioria de moradores predispostos à transgressão e à desordem, a opção por manter os seus filhos distantes do mundo local a maior parte do tempo é de grande relevância.

Nota-se, também, observando o conjunto das estratégias familiares, em geral fundamentadas nas ideias de cuidar e de preservar, a importância da coerência entre o que propõem aos filhos e aquilo que efetivamente dizem e fazem os pais. Nesse sentido, o discurso da valorização do trabalho “honesto” é acompanhado de ações dos adultos que visam confirmar a validade de tal ponto de vista, da mesma forma que há uma constante preocupação em não deixar dúvidas quanto à origem dos recursos econômicos que garantem a sobrevivência material

da família. Nesse campo, considerando os objetivos dos pais, legítimo e ilegal não podem ser confundidos.

Também se destaca, em vários relatos, o fato de muitos pais e mães procurarem compartilhar momentos de lazer, dos mais variados tipos, com seus filhos. Em um dos casos observados, a mãe de um dos jovens defende essa prática como fundamental para o sucesso de uma educação voltada para a “ordem”. É perceptível que os jovens entendem tais atitudes dos adultos como demonstrações de apreço pela manutenção de boas relações intrafamiliares. Mas não pode escapar ao observador atento que tal proposta esteja antes de tudo relacionada à tentativa, por parte dos adultos, de manter a vigilância e o controle sobre o tempo, o espaço e as redes de sociabilidade vivenciados pelos jovens.

O uso constante de exemplos (próximos), como a “materialização” (uma prova “incontestável”) daquilo que os pais dizem, também faz parte do conjunto de ações educativas voltadas para a construção de uma vida dentro da ordem legítima e que não se afaste daquilo que é prescrito como legal. Assim, pode-se notar que os adultos da família (e não somente aqueles cuidadores e/ou provedores, mas todos os que efetivamente estão comprometidos com a formação dos jovens) parecem preocupados em se apresentar diante dos jovens como

● ● ●

as famílias dos entrevistados desenvolvem estratégias de socialização baseadas em dois princípios: cuidar e preservar.

exemplos a serem seguidos: trabalhadores honestos, responsáveis e zelosos em relação à prole e à família, ao mesmo tempo que não deixam jamais de apontar os “maus exemplos” e os resultados, invariavelmente apresentados como desastrosos, que determinadas escolhas podem acarretar à vida daqueles que “seguem tais caminhos”. E mais uma vez são utilizados preferencialmente aqueles exemplos bem próximos dos jovens: parentes, vizinhos, gente da comunidade (amiga ou não) que tiveram suas vidas modificadas “para pior”, ou mesmo abreviadas, por conta do envolvimento com atividades entendidas como criminosas.

Cabe registrar que mesmo naquelas famílias nas quais a autoridade é baseada principalmente na interiorização da legitimidade das palavras dos adultos (pais, avós, tios, irmãos mais velhos) pelos jovens (filhos, netos, sobrinhos e irmãos), por meio do convencimento obtido a partir de ações não-violentas ou do uso da violência simbólica²², os castigos corporais também são utilizados como forma de garantir a obediência e evitar os “desvios”.

Sobressai, então, que as famílias dos entrevistados desenvolvem estratégias de socialização baseadas em dois princípios: cuidar e preservar. Como dependem da ação efetiva e solidária de vários agentes sociais nesse processo, pode-se pensar essas estratégias formando uma espécie de “rede de proteção”, constituída não apenas pelos pais dos jovens entrevistados, mas também pela sua parentela, afins e mesmo vizinhos e amigos. Rede de proteção que não parece ter no “potencial de atração do tráfico” a maior e única ameaça àqueles que visa proteger – embora esta não seja de modo algum desconsiderada enquanto tal, isto é, uma grande ameaça; e que tal rede não busque manter os jovens afastados

da influência da rede de socialização do narcotráfico.

Assim, ao que tudo indica os temores dos pais e familiares estão vinculados a ameaças vindas de vários agentes, ligados a diferentes redes de socialização e instituições sociais – a maior parte, a princípio, sem ligações com o mundo do crime – que, isoladamente ou em conjunto, atentariam contra aquilo que essas famílias populares desejam para os seus filhos. Como exemplo recorrente nos relatos, os agentes das instituições ligadas à segurança pública. Mas poder-se-ia citar também os agentes das instituições escolares e os donos do capital. Agentes sociais que, baseados em representações que tendem a criminalizar a pobreza, orientam as suas ações num sentido que vai de encontro aos direitos e às demandas dos grupos sociais residentes em espaços populares como as favelas.

Isso sinaliza que não escapa à percepção dos adultos responsáveis pela educação e manutenção dos jovens entrevistados um fato já apontado por estudos envolvendo as representações construídas sobre pobres e favelados²³. Ou seja, quando aqueles que fazem parte dos grupos sociais populares e que portam uma identidade construída em espaços favelados são vistos como potenciais criminosos, sem sombra de dúvida estarão sujeitos não só a práticas discriminatórias, mas também a ações violentas e violadoras de direitos humanos.

Dessa forma, o sentido da “rede de proteção” criada pelas famílias para defender e preservar seus filhos parece considerar a violência contra os moradores em geral presente nas incursões policiais nos espaços favelizados. Isso porque com o morador de favela a polícia costuma agir no sentido oposto àquele que seria o seu dever: proteger sua integridade física. Por outro lado, indica uma preocupação em não frustrar aquilo que os pais entendem sejam as expectativas gerais em relação à ação socializadora das famílias. Por fim, também parece indicar uma preocupação com o fato de que ser identificado como um “favelado” pode significar, na busca por um emprego no mercado formal de trabalho, mais uma dificuldade a ser enfrentada pelos seus filhos.

Por ser assim – observando-se aquilo que se repete, em termos de estratégias pedagógicas, nas diferentes configurações familiares estudadas –, entende-se que os adultos têm a exata dimensão do quanto a apresentação pessoal pode influir na penetração/participação em espaços dominados por outras classes sociais e por representações que criminalizem a pobreza. Em razão disso, entende-se que as preocupações dos pais com a aparência dos seus filhos, para além de uma simples demonstração de acordo e internalização dos preceitos da higiene e dos usos e costumes traduzidos numa determinada maneira de vestir predominante na sociedade, podem ser vistas e traduzidas de outra forma, qual seja: implicam criar sinais de distinção que deixem claro, para quem olhe os seus filhos, a existência daquela “rede de proteção”, criada pela família em torno deles – e a que lógica está subordinada. Ou seja, seriam tentativas de demonstrar, por exemplo, aos policiais, que aqueles jovens estão amparados por sua parentela e, portanto, “no bom caminho”, merecendo respeito. Também seriam dirigidas aos professores e aos potenciais empregadores. Aos primeiros, indicando que o investimento na escolarização se soma àquele realizado pela família, ganhando nisso sentido

e validade. Aos segundos, que seus filhos não seriam figuras destoantes no cenário do ambiente de trabalho, ou seja: foram educados para ocupar um lugar no mercado de trabalho, sendo oportuno, então, tê-los no quadro de trabalhadores das suas empresas.

Por outro lado, é notável que o deslocamento da maior parte dos jovens entrevistados seja bastante limitado pelas possibilidades de proteção ensejada pela família. E, ainda que não seja apenas em decorrência disso, o espaço de circulação dos jovens entrevistados apresenta-se restrito às poucas ruas em volta de casa, ao caminho para a escola, ao caminho para a sede de um projeto socioeducativo. Poucos podem e se mostram dispostos a se aventurar para muito além disso.

Assim sendo, é possível perceber que os adultos responsáveis pela educação dos jovens entrevistados exercem sua ação educativa basicamente no campo do comportamento moral. Dimensão que, tudo indica, tem para esses agentes sociais primazia sobre qualquer outra, inclusive a escolar.

Percebe-se que as possibilidades de sucesso das estratégias familiares no sentido de manter e educar seus filhos “dentro da ordem legítima e legal” estão relacionadas à existência de um *ethos* familiar bem coerente, que possa ser efetivamente colocado em prática com razoável regularidade e sistematicidade. Nesse sentido, os adultos (provedores e educadores) exercem um controle moral constante, e a ocupação do tempo dos jovens com atividades escolares e socioeducativas de um modo geral faz parte da tentativa de controle exercido mais amplamente em todos os setores das suas vidas.

Impacto da escolarização

Observa-se que embora grande parte do processo de socialização dos jovens entrevistados, de acordo com os seus relatos, tenha ocorrido em ambientes marcados pela cultura escolar, são raras as suas lembranças em relação à escola. Existem, mas estão concentradas nos relacionamentos e na diversão.

Entretanto, isso não significa que os vários anos de escolarização (em torno de uma década) não tenham deixado marcas na formação desses jovens. Nesse caso, é evidente a incorporação das normas e regras de conduta ditadas pela escola tanto quanto o sentido e a finalidade atribuídos a essa instituição pela sociedade. Ou seja, ainda que se mostre evidente, nos casos estudados, que o processo de aculturação promovido pela escola pública



não se complete no sentido de retirar as marcas de classe²⁴, seus discursos indicam a internalização de importantes elementos da cultura escolar. O que lhes permite, por exemplo, compreender as finalidades atribuídas à escola, em alguns casos chegando a ensejar a construção de uma postura crítica diante do papel da escola pública frente às demandas das camadas populares.

As marcas deixadas pela escolarização na formação dos jovens (tanto quanto a sua precariedade) revelam-se em vários momentos dos seus relatos. Pode-se notar que os jovens entrevistados apresentam a tendência de valorizar o conhecimento escolar. Admitem que o domínio dos conteúdos escolares seja fundamental para o ingresso no mundo do trabalho. Em certos casos, chegam a conferir grande prestígio social aos indivíduos com alto grau de escolarização, sugerindo que associam sucesso profissional ao saber escolarizado. Deixam claro ainda que incluem as regras de urbanidade como parte (fundamental) daqueles conteúdos que cabe à escola oferecer aos seus alunos, ao mesmo tempo que demonstram ter a exata compreensão de que regras são antes de tudo impostas, ainda que se reconheça a sua validade social.

Por outro lado, em relação à importância atribuída pelas classes populares ao papel disciplinador da escola, embora raras, as lembranças dos jovens voltadas às experiências vividas no ambiente escolar podem ser valiosas. Como já foi registrado, no conjunto dessas lembranças as mais nítidas são aquelas que se desenvolvem “nos pátios de recreio”, que fazem parte das culturas infantis próprias da cultura escolar²⁵. Sobressai em alguns dos relatos uma curiosa apropriação de uma típica norma ligada à “cultura escolar”: aos educadores caberia a imposição de normas e regras, e aos educandos a sujeição. Por isso, faz parte da cultura infantil escolar o aluno quebrar a disciplina, burlar as regras. Sendo assim, os ensinamentos presentes nas culturas infantis ganham destaque na formação dos educandos, posto que, nesses momentos, por



os agentes da instituição escolar e dos projetos socioeducativos em geral incorporaram o discurso criminalizante da pobreza. Sendo assim, trabalhando com a referência da ociosidade e de seus perigos, implementam ações dirigidas aos jovens cujo sentido nada mais é do que mantê-los ocupados, vigiados, pouco (ou nada) contribuindo para sua promoção social



vezes marcados pela transgressão, muito se aprende e atualiza no que diz respeito às regras de comportamento social ditadas pela escola. Fazendo “o proibido” (reconhecido enquanto tal) reconhece-se (e internaliza-se) o permitido.

Enfim, é também nos “pátios de recreio” que as redes de solidariedade e companheirismo são constantemente criadas, expandidas e testadas. Da mesma forma que, na punição aos transgressores, o poder e os limites da “autoridade” são dados ao conhecimento e à prova. Num espaço onde a presença dos educadores é menos visível é que se pode avaliar nos educandos a natureza e o grau exato da aculturação, no que diz respeito às normas de conduta, realizados pela escola. A grande relevância atribuída pelas classes populares ao papel disciplinador da escola ajuda a explicar o fato de as “lembranças marcantes” vividas no ambiente escolar pelos jovens entrevistados inscreverem-se no campo das “culturas infantis”.

Nota-se, assim, o quanto a cultura escolar está impregnada na maneira como os jovens percebem o mundo e as coisas que os cercam. As críticas (veladas ou sem disfarces) e os elogios feitos à escola não têm outra origem que não os valores e critérios genuinamente escolares. Em razão disso, não é de causar espanto que nos discursos dos jovens sobressaia a tendência, certamente oriunda do ambiente escolar, de responsabilizar quase que exclusivamente o educando pelo fracasso escolar.

Reconhecer as “marcas impressas nesses indivíduos” pela escolarização não significa de modo algum, cabe destacar, negar a precariedade dessa formação escolar. O registro mais contundente do quanto deixou de ser feito está expresso nos relatos dos jovens entrevistados, marcados que estão pela falta de domínio da língua materna, que se apresenta mínimo na quase totalidade dos casos observados.

Entende-se que a escola pública (mas também as outras realidades socioeducativas frequentadas pelos jovens) acabe contribuindo com um processo perverso de reprodução do lugar desses jovens na estrutura social, posto que, apontam os dados desta pesquisa, os agentes da instituição escolar e dos projetos socioeducativos em geral incorporaram o discurso criminalizante da pobreza. Sendo assim, trabalhando com a referência da ociosidade e de seus perigos, implementam ações dirigidas aos jovens cujo sentido nada mais é do que mantê-los ocupados, vigiados, pouco (ou nada) contribuindo para sua promoção social, antes, colaborando para que sejam poucas as chances dos jovens no mercado formal de trabalho, onde, dada a sua desqualificação como mão-de-obra, tenderão a assumir as posições subalternas.

Preparação para o mercado de trabalho

A ocupação do tempo, assim como a “preparação para o mercado de trabalho”, das crianças e jovens de classes populares parece não interessar apenas a eles e suas famílias. A proliferação, nas últimas décadas, de iniciativas socioeducativas dirigidas a jovens de baixa renda, partindo tanto do setor público, quanto do privado, atesta esse fato.

Como já foi anteriormente afirmado: a natureza das atividades realizadas pelos jovens, assim como os locais onde acontecem,

indica que educar pelo trabalho e para o trabalho, visando à inclusão na ordem legítima da sociedade, seria, provavelmente, a principal preocupação dos seus pais.

Da mesma forma, os pais parecem supor que a permanência dos filhos durante grande parte do tempo em ambientes educativos como a escola básica – e em programas voltados para crianças e jovens, realizados por agências governamentais e não-governamentais – contribua para a internalização de princípios considerados legítimos, ao mesmo tempo em que prepara para a inserção no mercado formal de trabalho.

Sendo assim, o aumento na oferta desses programas vem ao encontro de legítimas demandas de segmentos populares. Entretanto, ao que as evidências indicam há um viés perverso na preocupação manifesta por outros setores da sociedade com a “ociosidade” dos jovens pobres. Observa-se que grande parte dos agentes promotores de políticas sociais voltadas para jovens pobres incorporou o discurso criminalizante da pobreza, tendo como referência a ociosidade e seus perigos. Dito de outra maneira: esses agentes aceitam que haja uma tendência “natural” de as crianças e os jovens pobres (em especial os moradores de favelas) – que não tenham o seu tempo ocupado e controlado – se envolverem com o mundo do crime.

Dos programas frequentados pelos jovens entrevistados, todos respeitados e consagrados pelos usuários e pela opinião pública em geral, apenas um não faz, na sua apresentação dos objetivos e públicos-alvo, quaisquer referências, como é visível nos demais, “aos riscos da pobreza”. Isto é, sugerindo “nas entrelinhas” que deixando o jovem pobre com o tempo ocioso sua “tendência natural” é o envolvimento com o mundo da desordem e/ou do crime²⁶.

Entende-se que, prevalecendo o ponto de vista criminalizante da pobreza, tendo como referência a ociosidade e seus perigos, mesmo que as atividades realizadas pelo público-alvo nesses programas não atentem diretamente contra os seus direitos fundamentais de cidadania, não contribuem no sentido da sua conquista pelos jovens, porque se restringem à ocupação do tempo da criança e do adolescente pobres – investem, sobretudo, na expressão corporal: dança, teatro, prática de esportes e na preparação aligeirada para o desempenho de atividades subalternas –, não contando efetivamente para a integração dos diferentes saberes, preparando os indivíduos para atuar na esfera do trabalho e da cidadania.

A formação profissional é parte da formação mais geral do trabalhador, que inclui a educação básica, mas também cultura e cidadania. Nesse sentido, ao que tudo indica, pais e especialistas parecem concordar que “o tempo de educação básica é também um tempo de formação do futuro trabalhador”²⁷. E que a melhor qualidade da educação básica é também um dos direitos de todo trabalhador. Sendo assim, e considerando as demandas específicas dos jovens de famílias pobres – que incluíram, entre outras, a quase exigência de inserção precoce no mundo do trabalho remunerado –, programas de formação profissional de jovens que, ao lado de projetos de educação básica, mantenham cursos específicos de capacitação não podem perder de vista que preparar o jovem para as atividades próprias do mundo



do trabalho não deve ser apenas prepará-lo para operar, mas formá-lo para que seja capaz de compreender. Dito de outra forma: é colocar o jovem diante de conhecimentos complexos, permitindo que ele se torne capaz de unir a explicação com a operação, a prática com o conceito.

Em busca de um lugar, o jovem se defrontará com um mundo do trabalho em transformação que demanda mais e mais qualificação profissional e, também, restringe o acesso aos postos de trabalho. Está em curso a tendência que se manifesta nas empresas de adotar novos modelos organizativos e de dispor de uma força de trabalho flexível, polivalente. Dar ao jovem formação teórica além do adestramento é levá-lo a adquirir elementos de flexibilidade e polivalência para fazer frente às transformações tecnológicas, considerando os problemas e as exigências postos pelo modelo econômico vigente.

Não há como negar que as transformações econômicas e culturais em curso demandam novos conhecimentos e novas atitudes. Portanto, os projetos educativos voltados para a preparação do jovem para o mundo do trabalho devem contribuir para que ele se mostre capaz de enfrentar as mudanças da organização produtiva.

Assim, a formação dos jovens pobres deve ser pensada levando-se em conta as transformações no mundo do trabalho, as novas tecnologias, as formas de organização, gestão e racionalização da produção, não perdendo de vista, entretanto, os custos sociais que essas transformações podem acarretar para os trabalhadores. Afinal, para esses jovens “*é o trabalho, mais que qualquer outro elemento, que dá o sentido de pertencimento a determinado grupo e, em contraposição, de afastamento de outro. O trabalho torna-se marca simbólica fundamental de inclusão na ordem legítima da sociedade*”²⁸.

Vulneráveis

Percebo que o sucesso do empreendimento familiar que pretende levar os filhos pelos “caminhos do legítimo e do legal” – que na maior parte dos casos estudados envolve, além dos pais e/ou mães, a parentela dos entrevistados – está subordinado a peculiares combinações de medidas disciplinares (que não abdicam do uso da violência física por parte dos adultos sobre as crianças e os

jovens) na tentativa de controle, pelos adultos, do uso do tempo e dos espaços e redes de sociabilidade frequentados pelos jovens e crianças. Ou seja, educar para a ordem – o que os relatos dos entrevistados sugerem ser o objetivo dos seus pais – envolve um complexo conjunto de ações que jamais prescindem de um conhecimento construído a partir de experiências de classe, marcadas especialmente pela dinâmica do local de moradia e pelas representações dominantes construídas sobre os moradores das favelas.

Pelo que foi visto, é possível afirmar que o poder de atração das forças criminosas ligadas ao narcotráfico não se exerce da mesma maneira nem sobre todos os jovens pertencentes às classes populares moradores de favelas. Ou seja, a proximidade espacial, considerando a forte presença do “crime-negócio” e da sua rede de socialização nos locais de moradia das famílias dos jovens entrevistados, não se apresenta como um fator determinante no sentido de tornar a maioria desses jovens “vulneráveis em relação aos apelos do mundo do crime”. Pode-se mesmo afirmar que os transtornos que a presença do tráfico acarreta às suas vidas contribui para a construção de uma forte rejeição por parte da maioria desses jovens ao *ethos* dessa via criminosa. Admite-se que a opção pelo comportamento “dentro da ordem” aconteça por motivos de naturezas distintas: os de natureza ideológica e os decorrentes de uma pragmática opção pela vida. Entretanto, nos dois casos pesa a lógica dominante no processo de socialização familiar.

Por tudo isto, entende-se que se faz necessário rever a noção de “vulnerabilidade social” dos jovens moradores de favelas, apontando novas bases para sua discussão e análise, diversas certamente daquelas que partem da “ideia da pobreza como potencialmente criminosa”. Tal ideia, que vem servindo como base para a sustentação de políticas sociais partindo de agências governamentais e não-governamentais, não só contribui para a reprodução do lugar desses jovens na estrutura social mas, perversamente, atua no sentido oposto aos seus mais elementares e legítimos direitos, já que fica difícil não admitir que o principal desdobramento das intervenções baseadas no discurso criminalizante da pobreza é o agravamento das condições de vida do morador de favela, tornando ainda mais remotas as suas possibilidades de realizar-se como cidadão.

NOTAS

- ¹ A favela é vista como um mundo social à parte da cidade, diferente, identificado pela carência e desorganização (SILVA, Jailson de Souza; BARBOSA, Jorge Luiz. **Favela, alegria e dor na cidade**. Rio de Janeiro: Editora Senac Rio, 2005.)
- ² Entendo que “crime significa toda ação contrária aos costumes, à moral e à lei, que é legalmente punida, ou que é reprovada pela consciência” (SILVA, De Plácido E. **Vocabulário jurídico**. Rio de Janeiro: Forense, 1993. v. 1).
- ³ SILVA, Jailson de Souza; BARBOSA, Jorge Luiz. (2005) **op. cit.**, p. 24.
- ⁴ É fato conhecido que as favelas se tornaram locais onde há considerável tempo o poder público cedeu espaço à jurisdição na forma de “feudos” a elementos ligados ao comércio de drogas ilícitas.
- ⁵ Como formulou Louis Chevalier. **Apud**. ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**. São Paulo: Brasiliense, 1994).

- ⁶ Cabe observar que, como indica Graff no seu estudo sobre educação e prevenção da criminalidade em sociedades anglo-americanas, em meados do século XIX, já se mostrava “consagrada” a associação: “pobreza, miséria e vício” (GRAFF, Harvey J. **Os labirintos da alfabetização**: reflexões sobre o passado e o presente da alfabetização. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. p. 238.)
- ⁷ MISSE, Michel. Cinco teses equivocadas sobre a criminalidade urbana no Brasil: uma abordagem crítica, acompanhada de sugestões para uma agenda de pesquisas. In: SEMINÁRIO “VIOLÊNCIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO RIO DE JANEIRO”, Rio de Janeiro, 17 abr., 1995. Disponível em: <<http://www.necvu.ifcs.ufrj.br>> Acesso em: 14/08/2006..
- ⁸ DOWDNEY, Luke. **Crianças do tráfico**: um estudo de crianças em violência armada organizada no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2003.
- ⁹ ZALUAR, Alba. **Integração perversa**: pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2004.
- ¹⁰ STOTZ, Eduardo Navarro. **Violência urbana – um risco à saúde de todos**: uma reflexão pautada no desassossego. 2004: p. 4. Disponível em: <<http://ufrj.br/eventos/enevet/violencia>> Acesso em: 14/08/2006.
- ¹¹ Nos dois últimos anos vem caindo sensivelmente a renda oriunda do tráfico de drogas. Dados de pesquisa revelam que a maior parte dos jovens envolvidos com tais atividades recebe menos de três salários mínimos ao mês. (Pesquisa “Caminhada de crianças, adolescentes e jovens na rede do tráfico de drogas no varejo do Rio de Janeiro, 2004-2006”, desenvolvida entre abril de 2004 e maio de 2006, pelo Observatório das Favelas, Equipe coordenada por Jailson de Souza e Silva. (Relatório, p.30-31) Fonte: <http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatoriodefavelas/includes/publicacoes/9772881438084dc1deeb1ecf6b105392.pdf>
- ¹² ZALUAR, Alba. **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.
- ¹³ DOWDNEY, Luke. (2003) **op. cit.**
- ¹⁴ OLIVEIRA, Jane Santos de. **Barreiras, transgressões e invenções de mercado**: a inserção econômica de jovens pobres. 1999. p. 14. Disponível em: <<http://abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/trat192.pdf>> Acesso em: 14/08/2006.
- ¹⁵ Pesquisa “Caminhada de crianças, adolescentes e jovens na rede do tráfico de drogas no varejo do Rio de Janeiro, 2004-2006. **op.cit.**
- ¹⁶ SOARES, Luiz Eduardo; BILL, Mv; ATHAYDE, Celso. **Cabeça de porco**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005. p. 231.
- ¹⁷ É fato que no conjunto das entrevistas há referências a pais, mães e avós que fogem completamente a esse modelo, atuando mesmo no sentido oposto, ou seja, descuidando-se ou até maltratando aqueles dos quais deveriam cuidar. Mas não só pelo fato de que são poucos os casos em que isso se dá, entende-se, analisando a maneira como os próprios jovens tratam esses casos, que não são atitudes comuns nas famílias populares.
- ¹⁸ Aqui entendida como, minimamente, a garantia de alimentação dos seus membros, limpeza e organização da casa, cuidados com os pequenos.
- ¹⁹ Percebo uma conformidade estratégica na construção do futuro subjetivo às possibilidades objetivas que as famílias entendem que os seus filhos possam ter. Entretanto, por parte de alguns jovens nota-se o reconhecimento de que os nossos “sonhos” não precisam estar ancorados na realidade objetiva quando são apenas isso: sonhos.
- ²⁰ Certamente conta para isso, ou seja, a crença de que tais realidades educativas preparam seus filhos para o mercado de trabalho, a grande propaganda feita nesse sentido pelos veículos de comunicação em geral.
- ²¹ SILVA, Jailson de Souza. **Por que uns e não outros?**: caminhada de jovens pobres para a universidade. Rio de Janeiro: Viveiros de Castro Ed., 2003. p. 136.
- ²² Presente, neste caso, na imposição da vontade dos adultos sobre a das crianças e jovens, ainda que seja com o intuito de protegê-los.

²³ SILVA, Jailson de Souza; BARBOSA, Jorge Luiz. (2005) **op. cit.**; ZALUAR, Alba. **Cidadãos não vão ao paraíso**. São Paulo: Escuta, 1994.

²⁴ Situação que pode dificultar a aceitação, tão almejada pelos jovens e suas famílias, no mercado de trabalho. Possivelmente reconhecendo de alguma forma a falta de recursos advindos da cultura escrita, as famílias optam por outros signos: a limpeza, a roupa, o penteado como forma de minimizar o impacto negativo “dessa ausência” sobre as suas mais genuínas e legítimas ambições no campo do trabalho.

²⁵ De acordo com Dominique Julia “(...) poder-se-ia descrever cultura escolar como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores primários e demais professores. Mas, para além dos limites da escola, pode-se buscar identificar em um sentido mais amplo modos de pensar e de agir largamente difundidos no interior de nossas sociedades, modos que não concebem a aquisição de conhecimentos e de habilidades senão por intermédio de processos formais de escolarização: aqui se encontra a escalada dos dispositivos propostos pela *schooling society* que seria preciso analisar; nova religião com seus mitos e ritos contra qual Ivan Illich se levantou, com vigor, há mais de vinte anos. Enfim, por cultura escolar é convincente compreender também, quando é possível, as culturas infantis (no sentido antropológico do termo), que se desenvolvem nos pátios de recreio e o afastamento que apresentam em relação às culturas familiares” (JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da educação**, Campinas: Autores Associados, n.1, jan./jun., p. 9-43, 2001.).

²⁶ Apresentação dos programas segundo os seus idealizadores e promotores:

(...) é um espaço alternativo onde são desenvolvidas atividades socioeducativas visando à formação integral das crianças e adolescentes que se encontram em situação de risco social, utilizando para isso diferentes linguagens: brinquedoteca, capoeira, esportes, informática, valores, EPCE (Estímulo ao Potencial Cognitivo e Emocional), teatro, dança, espaço criativo, dinâmica de grupo... Também são desenvolvidas atividades de promoção em saúde, atendimento odontológico e médico, acompanhamento psicológico, orientação e apoio social as famílias e oficinas de culinária, corte e costura e dinâmica de grupo para as mães. Atualmente participam do Projeto AIACOM em torno de 400 crianças. Fonte: www.agostinianos.org.br. Acessado em: 30.01.2008.

(...) Projeto socioeducativo integrante do Programa Social da Mangueira, é uma instituição sem fins lucrativos que há mais de 18 anos atua no processo de formação profissional e pessoal de adolescentes, sendo referência na preparação de jovens para o mercado de trabalho.

Criado em 24 de agosto de 1988 por Alice de Jesus Gomes Coelho, a “tia Alice”, o CAMP se baseia na construção da cidadania através da educação pelo trabalho, tendo como público-alvo os adolescentes do bairro da Mangueira e adjacências.

Entendemos que, através da iniciação profissional qualificada, os jovens em situação de maior vulnerabilidade e risco social têm a possibilidade de transformar a realidade social em que vivem, construindo um futuro mais digno e promissor.

Localizado no Complexo da Vila Olímpica da Mangueira, o CAMP conta com um espaço físico apto para atender cerca de 700 adolescentes por ano que buscam no projeto a oportunidade de sua iniciação profissional. Fonte: www.campmangueira.org.br. Acessado em: 30.01.2008.

(...) O CESAM foi criado em 1973 na cidade de Belo Horizonte, é uma obra social da Inspetoria São João Bosco. Atende adolescentes de famílias de baixa

renda na faixa etária de 15 a 18 anos, encaminhando-os para o mercado formal de trabalho. O CESAM do Rio de Janeiro iniciou suas atividades em 1984. Ele trabalha com dois programas: Programa do Adolescente Trabalhador e Programa do Adolescente aprendiz.

(...)“educar o adolescente pelo trabalho em parceria com as empresas”. (...) “educação, porta da cidadania”. (...) Todo jovem deve ter a oportunidade de estudar, de preparar-se para exercer um trabalho digno, de receber formação humana e cristã, de participar de atividades artístico-culturais, de praticar esportes e aproveitar seus momentos de lazer com atividades sadias”. Fonte: www.cesamri.com.br. Acessado em: 30.01.2008.

(...) O Programa de apoio à inclusão social - Pais - oferece educação técnica e profissionalizante em nível básico, qualificando a mão-de-obra para o mercado de trabalho. Dessa forma, o programa beneficia jovens e adultos, promovendo a inclusão digital e social deste grupo”. Fonte: www.facetec.rj.gov.br. Acessado em 30.01.2008.

²⁷ ARROYO, Miguel G. Trabalho: educação e teoria pedagógica. In: FRIGOTTO, G. (Org). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. Vozes: Petrópolis(RJ), 2002. p. 153.

²⁸ IBASE. **Informalidade e cidadania: empreendimentos informais no Rio de Janeiro**: Rio de Janeiro: SEBRAE, 1997. p. 26.

ABSTRACT

Marcia dos Passos Neves. *Involved with the family, school and work: a study of young slum dwellers.*

This article deals with the socialization of young dwellers in Rio de Janeiro slums, focusing on conditions that would lead them to choose the path of legal and legitimate order. It highlights the fact that most young people are not easily co-opted by drug dealers. On the contrary, their option to join and stay in the legal job market is quite clear, even when they find themselves in very adverse contexts. It also shows that strategies used in young people's socialization process have as their main reference points the fight against idleness and an ideology that values work.

Keywords: *Young people; Slum; School; Work; Poverty criminalization; Pedagogical strategy; Socialization; Rio de Janeiro.*

RESUMEN

Marcia dos Passos Neves. *Comprometidos con la familia, la escuela y el trabajo: un estudio sobre jóvenes que viven en las favelas.*

El artículo trata sobre la socialización de jóvenes habitantes de favelas de Río de Janeiro centrándose sobre las condiciones que los llevarían a recorrer los caminos del orden legítimo y legal. Destaca que no es fácil que la mayor parte de los jóvenes se deje captar por el tráfico dejando en evidencia su opción por la permanencia en el mercado legal de trabajo, aún construyendo trayectorias en contextos muy adversos. Muestra que las estrategias utilizadas en el proceso de socialización de los jóvenes presenta como principal referencia, el combate a la ociosidad y, como principio, una ideología de valorización del trabajo.

Palabras clave: *Jóvenes; Favela; Escuela; Trabajo; Criminalización de la Pobreza; Estrategia Pedagógica; Socialización; Rio de Janeiro.*